

O IMIGRANTE PORTUGUÊS NO RIO DE JANEIRO: DE FUNDADOR A INVESTIDOR ESTRANGEIRO

Regina Salvador

Resumo

Embora São Paulo seja a capital económica e financeira do Brasil – e a 2.^a maior cidade do Mundo – é no Rio de Janeiro que se têm vindo a localizar os investimentos portugueses mais promissores.

A importância da localização do Rio de Janeiro na economia brasileira possui visíveis raízes históricas e geográficas. A importância do Vale do Paraíba na economia do açúcar e do café e a proximidade a Minas Gerais constituíram factores geográficos do desenvolvimento político e económico.

O porto do Rio de Janeiro e o litoral fluminense são outros dois importantes factores no comércio inter-atlântico e internacional.

1. – INTRODUÇÃO HISTÓRICA

1.1. – A terra mais fértil do Brasil

Uma expedição que contava com a presença do florentino Américo Vespúcio (1451-1512) possibilitou o primeiro contacto dos portugueses com o actual território do Rio de Janeiro, precisamente a 1 de

Janeiro de 1502. No ano seguinte, Gonçalo Coelho lograria estabelecer uma feitoria junto à Baía de Guanabara, abandonada pouco tempo depois.

Mas é possível afirmar que, até a chegada da expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza (1500-1564), em 1531, a Coroa portuguesa não tomaria nenhuma medida concreta para assegurar o controle da região, fora erguer uma ou outra feitoria no Rio de Janeiro ou em Cabo Frio. Mesmo assim, a curta permanência de Martim Afonso no Rio de Janeiro – cerca de três meses – demonstra um relativo descanso pela área, incessantemente submetida a investidas militares de corsários franceses interessados na extração de pau-brasil e pimenta.

Somente em 1552 é que os portugueses despertariam para o problema, após uma intervenção pessoal do próprio Governador-Geral, Tomé de Sousa, que reclamava junto das autoridades metropolitanas o urgente estabelecimento de “uma povoação honrada e boa” no Rio de Janeiro, como meio mais eficaz de barrar a entrada dos franceses.

Tomé de Sousa acertara no diagnóstico – a região corria perigo. Assim, em 1555, a França rompia com a política de incursões esporádicas e apoderava-se de uma ilha na Baía de Guanabara, onde fixa uma colônia – a França Antártica – ponta de lança de uma eventual conquista do vasto litoral brasileiro, a ser comandada pelo calvinista Nicolau Durand de Villegaignon (1510-1571).

Aliadas aos índios tamoios, as forças francesas conseguem barrar por alguns anos os ataques portugueses até serem por eles desalojados em 1565. Em carta escrita ao Rei de Portugal (Filipe II de Espanha), Mem de Sá admitia: “Ganhei de novo o Rio de Janeiro”.

Oliveira Martins, não hesitaria em escrever, também a propósito desse episódio na Baía de Guanabara que, doravante “metade do Brasil estava salvo” – nem mais nem menos. A Igreja, naturalmente, muito lucraria também com isso, afastando o Brasil da área de influência da Reforma Protestante.

Seja como for, é inegável que a partir deste acontecimento acelera-se o processo de ocupação portuguesa da região: entre 1565 e 1566, por exemplo, os cartórios coloniais registram 45 doações de sesmarias, número que tende a aumentar significativamente nos anos seguintes (168 doações verificadas entre 1581 e 1598, para citar mais um exemplo).

Segundo um cronista colonial, o Rio de Janeiro “era a terra mais fértil e viçosa do Brasil no último quartel do século XVI, o que representava um poderoso atractivo para os primeiros povoadores europeus”. E, o facto de a região ter sido escolhida, em 1572, para sediar o Governo do Sul da colónia implicou um atractivo suplementar.

No entanto, a principal actividade económica da região ainda tem por base a exploração do pau-brasil. E isto por duas razões: por um lado, existe na região uma quantidade muito grande dessa madeira, ao ponto de o Rio de Janeiro ser responsável por quase metade da exportação de pau-brasil em direcção à Metrópole na virada para o século XVII; por outro lado, a expansão da cana-de-açúcar, que poderia resultar numa saída económica para o Rio de Janeiro, já se encontra praticamente regulada pela procura internacional e tem a área nordestina como principal zona produtora.

Eis o que explica a existência de apenas três engenhos de moer cana na área da Guanabara em 1586, um número que pouco evoluiria até às duas ou três primeiras décadas do século XVII. Neste quadro, os moradores da capitania, dedicam-se prioritariamente à agricultura de subsistência, mantendo-se praticamente isolados do mercado colonial.

Os avanços em direcção ao interior eram poucos, mas significativos: no final do século XVI os colonos controlavam boa parte do Vale do Paraíba, ou seja, os caminhos que levavam até São Vicente. E a ocupação da zona de Cabo Frio era uma realidade, a partir de 1575, após o extermínio dos índios da região.

1.2. – Um “rio de açúcar”

O Rio de Janeiro ocupava portanto um lugar dos mais modestos no conjunto da economia. Esta situação, contudo, começa a modificar-se um pouco no decorrer do século XVII. Em 1609, a capitania comporta 60 engenhos, por exemplo (número esse que duplicaria em 1694).

Em rigor, poderíamos também lembrar o desenvolvimento da actividade pesqueira (tanto da pesca em si quanto de pequenas fábricas de transformação da baleia, actividades que se expandem na segunda metade do século), ou ainda, os avanços territoriais rumo à área de Campos dos Goytacazes, onde se edificam os primeiros engenhos, por volta de 1650, com predominância da força de trabalho indígena.

O desenvolvimento do Rio de Janeiro por essa época era dos mais acanhados, a ponto de um viajante ter observado que “os que frequentam estas paragens são mercadores, hospedados pelos seus correspondentes, ou marinheiros, que permanecem a bordo”.

Mas a escravidão negra também se faz presente no Rio de Janeiro. Assim, levados para a região desde finais do século XVI, os escravos africanos organizavam-se em “quilombos” desde as primeiras décadas do século seguinte, revelando um espírito de luta comum às demais áreas da Colônia, como Baía e Pernambuco, por exemplo.

Rebeliões indígenas eram também moeda corrente na capitania.

Mesmo entre os moradores brancos e mestiços verificavam-se profundas desavenças: o Rio de Janeiro abrigaria o primeiro levantamento popular contra os desmandos da Coroa portuguesa no Brasil. Com efeito, em 1660, a população insurge-se e afasta o governador Salvador Correia de Sá e Benevides, em protesto contra a política monopolista da “Companhia Geral de Comércio”, que detinha o monopólio da venda dos principais gêneros alimentícios na Colônia (isto é, farinha de trigo, vinho, azeite e bacalhau), produtos metropolitanos por excelência.

A revolta visava também conter os desmandos da família Sá e Benevides, uma verdadeira oligarquia no Rio de Janeiro de então. Os moradores da cidade, apoiados pela Câmara, lograram ocupar o poder durante nove longos meses, até à intervenção das forças sustentadas pela Metrópole.

Para o historiador José Honório Rodrigues, desponta nesta fase o propalado espírito democrático dos habitantes da cidade: em 1709, por exemplo, as autoridades coloniais manifestam o receio de que “nas eleições que se fizessem de oficiais do Senado da Câmara na cidade do Rio de Janeiro não se elessem pessoas mecânicas nem de nação”, ou seja, operários ou judeus. O Rio de Janeiro parecia não se enquadrar facilmente na ordem colonial.

Se as tendências democratizantes ou libertárias em curso no Rio de Janeiro preocupam visivelmente o poder constituído, é preciso não esquecer, todavia, o papel fundamental cumprido pela capitania no tocante à continuidade da dominação lusa no Atlântico. Não se pode perder de vista que o Rio de Janeiro é parte integrante do todo colonial.

A capitania deu uma contribuição decisiva na expulsão dos holandeses do Nordeste e das praças de Angola (de cujos portos par-

tiam levadas consideráveis de escravos para a zona canavieira do Brasil) e auxiliaria também na conquista do Rio Grande do Sul.

E ainda não é tudo: a capitania contribuiu generosamente para saldar a dívida de Portugal para com a Holanda, conforme determinam os tratados assinados entre as duas potências após a Restauração, à guisa de indenização pela “perda” do Nordeste. O açúcar produzido na capitania (o número de engenhos aumenta significativamente até o século XVIII no Rio de Janeiro) fornece, basicamente, os subsídios necessários ao financiamento destes compromissos.

1.3. – De capital colonial a capital imperial

Com a descoberta e consequente exploração do ouro em Minas Gerais e noutras capitanias centrais da Colônia, o Rio de Janeiro entra numa era de grandes mudanças. O seu porto centraliza, em boa parte, o fluxo de barras de ouro para o Reino.

Ora, apesar de o sistema colonial se caracterizar desde sempre por uma drenagem de receitas para fora da Colônia, havia poupança interna (isto é, algum ouro sempre ficava no Brasil). Assim, as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro conhecem uma certa prosperidade, além do que, a mineração gera um tipo mais dinâmico de sociedade, onde se verifica até mesmo um pequeno espaço para o crescimento do trabalho livre.

No caso do Rio de Janeiro, essa relativa capitalização possibilitada pelo ouro, reflecte-se na intensa renovação do seu tecido urbano. É a fase da construção do aqueduto da Carioca, da criação do Passeio Público, da abertura de inúmeras ruas no centro da cidade. Somam-se-lhe ainda as transformações ocorridas no plano demográfico, que tornam o Rio de Janeiro no principal centro urbano da Colônia, com aproximadamente 50 mil habitantes à época da sua elevação à condição de capital do Brasil colonial, em 1763.

A chegada da Família Real, em 1808, acentuaria ainda mais a vocação metropolitana do Rio de Janeiro, cuja população se elevaria a 112 mil habitantes, em 1821. E, desde essa data, aumentaria de forma impressionante o número de escravos (cerca de 250 mil entradas entre 1820 e 1828).

Ao tornar-se capital do Império, o Rio de Janeiro (incluindo o seu interior), tinha lançado as bases de uma hegemonia exercida ao longo de quase século e meio.

1.4. – A preparação da independência

O novo momento histórico inaugurado pela independência repercutir-se-ia igualmente no campo económico. Neste sentido, é preciso salientar as tentativas feitas com o objectivo de viabilizar um projecto de industrialização de carácter autónomo.

De acentuado conteúdo jurídico ou fiscal (e esse é o sentido tanto do Alvará de 1809, que propõe a isenção de taxas aduaneiras para as matérias-primas de interesse para a indústria brasileira nascente, quanto da “Tarifa Alves Branco” que, em 1844, taxava em 30% a maioria das manufacturas importadas), estas medidas esbarravam com as pressões exercidas pela Grã-Bretanha.

Além do mais, a “acumulação primitiva de capital” gerada na sociedade escravocrata, ainda dominante, tinha um alcance forçosamente limitado, o que dificultava a realização de investimentos de vulto na área da indústria.

Mesmo assim, a actividade industrial conheceria um certo alento, mormente no sector de bens de consumo não-duráveis. Para isso, os empresários conseguem beneficiar-se, com habilidade, com a política de subvenções adoptada pelas diversas Administrações Imperiais.

Entre 1812 e 1820 são fundadas cinco fábricas têxteis no Rio. Em 1852, portanto trinta anos após a independência, já se registam 64 indústrias no País, grande parte delas situadas no Rio de Janeiro. Por outro lado, alguns desses empresários não boicotam, a priori, uma aliança com o capital estrangeiro. O próprio Barão de Mauá, o maior capitalista brasileiro, não fugiria a essa regra. Uma opção estratégica que prenuncia, de certa forma, o tripé responsável pela industrialização brasileira do século XX, formada pela chamada burguesia nacional, pelas empresas transnacionais e pelas empresas estatais.

Contudo nada de ilusões: a base da economia fluminense ao longo do século XIX é a agricultura, verificando-se mesmo o surgimento de um novo produto, o café. Assim, até 1860, o Rio de Janeiro contribui com mais de 70% para o total das exportações do café brasileiro, um produto que representa cerca de 50% de toda as exportações do país. Ou seja, a base agrária ainda é das mais sólidas possíveis. Somente no final do século XIX e início da chamada República Velha (1889-1930) é que se dá o declínio das lavouras tradicionais da região, sobretudo o café e a cana-de-açúcar.

Por outro lado, o carácter de cidade portuária do Rio de Janeiro favorecia sem dúvida o processo de acumulação de capital comercial ou bancário; capital esse que, com uma conjuntura favorável (como por exemplo durante a Guerra do Paraguai ou da Guerra de Secessão norte-americana), conseguia transferir-se para a indústria.

Conforme nota Jacob Gorender, “a disponibilidade prévia de um mercado interno de dimensões relativamente amplas” – a cidade do Rio de Janeiro possuía 692 mil habitantes em 1900, contra apenas 240 mil de São Paulo – daria base para estas iniciativas. De qualquer forma, no início do regime republicano, o Rio de Janeiro representava quase 40% do valor da actividade industrial do país.

Este é, portanto, o país encontrado pelos portugueses no início do século XX: um Brasil sem trabalho escravo, republicano e que optou definitivamente pelo desenvolvimento industrial. O novo imigrante português dificilmente poderá ignorar estas novas condições.

2. – ESTRANGEIRO E IMIGRANTE

O facto de a cidade do Rio de Janeiro ter sido fundada pelos portugueses, em condições coloniais, constitui inevitavelmente um elemento estruturante da cidade.

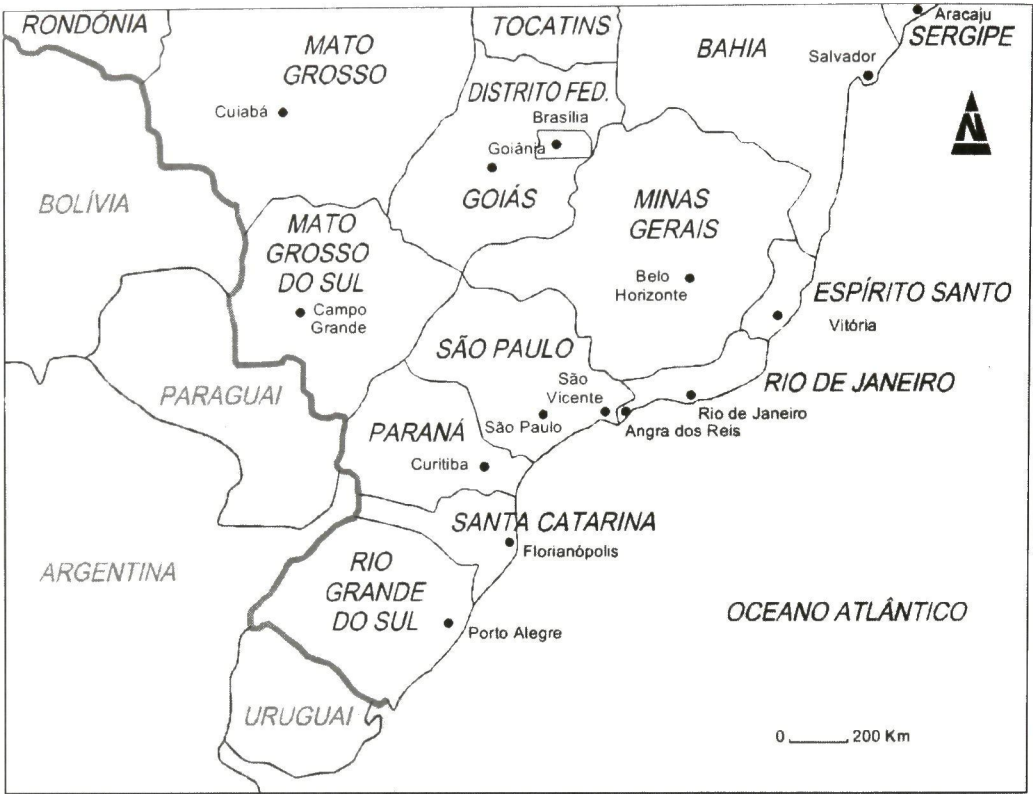
Agora, no século XX, este mesmo português regressa ao Rio de Janeiro, capital de um país independente, para ser um trabalhador a mais, um imigrante, ombro a ombro com espanhóis, italianos, alemães e tantos outros estrangeiros. Contudo, o facto de o Rio de Janeiro ter sido moldado pelos portugueses, é uma situação que facilita enormemente o seu acolhimento.

Sem dúvida é preciso demarcar o imigrante colonial do imigrante do século XX. Ou seja, estabelecer as diferenças fundamentais que existem entre estes dois tipos sociais. Porém sem perder de vista em nenhum momento que o português do século XX jamais será um estrangeiro no país que ele mesmo criou.

Naturalmente, a imigração para o país vê-se, assim, reforçada, tornando-se o Brasil o novo “Eldorado” deavas e mais avas de imigrantes. Assim, cerca de 1/3 da imigração portuguesa verifica-se num espaço de apenas 19 avos, que coincide, grosso modo, com o fim da escravatura e a solidificação do trabalho livre no Brasil.

Entre 1864 e 1974 entraram no Brasil 1.643.339 portugueses, segundo a distribuição abaixo:

SUL DO BRASIL



ANOS		ENTRADAS NO BRASIL
•	1864 a 1873	62.258
	1874 a 1893	170.621
	1894 a 1903	157.542*
	1904 a 1913	384.672
	1914 a 1923	201.252
	1924 a 1933	233.650
	1934 a 1943	79.567
	1944 a 1953	147.129
	1954 a 1963	181.095
	1964 a 1974	25.553
Total		1.643.339
* Cerca de 1/3 do montante da imigração portuguesa verifica-se num espaço de apenas 19 anos, que coincide, grosso modo, com o fim da escravatura e a solidificação do trabalho livre no Brasil.		

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É importante ressaltar que os números relativos a 1873 referem-se a dados colhidos por ocasião do 1.º censo oficialmente feito no Brasil. Esta data revela números relativos à imigração num contexto demográfico que incorpora os primeiros resultados da lei Eusébio de Queiroz, que proíbia o tráfico de escravos.

A cidade do Rio de Janeiro, em particular, por ser a capital do País, conhece uma verdadeira explosão demográfica, bastando dizer que a sua densidade passa de 247 hab./km², em 1872, para 409, em 1890, e daí para 620, em 1900.

O português goza agora de uma nacionalidade diferente da do brasileiro, enquanto que em 350 anos os destinos se tinham confundido. É verdade que hoje é um imigrante, mas não um imigrante comum. Trata-se pois de definir a particularidade desse seu estatuto (historicamente e em relação às demais comunidades de imigrantes no Brasil).

Este novo imigrante, que chega a um novo país vai tornar-se uma peça de um projecto de desenvolvimento, doravante industrial, que tem por eixo justamente a cidade do Rio de Janeiro, capital da República.

Mais para o sul do país, o sentido de colonização faz-se presente também e levadas e mais levadas de imigrantes portugueses ganham então áreas como as do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, de forte presença portuguesa, sobretudo açoreana.

Na realidade, por tudo isso, o Rio de Janeiro não é uma cidade qualquer para o imigrante português. Ele é um estrangeiro que goza de um estatuto extremamente particular, já que é fundador e colonizador da cidade.

A força de trabalho portuguesa no Rio de Janeiro representa, no período da 2.ª Guerra Mundial, por exemplo, quase metade do total da imigração portuguesa para o Brasil.

Os portugueses agrupam-se em Associações de Imigrantes de natureza distinta (comercial, cultural, lazer), quase sempre de grande prestígio e influência política. É o caso, por exemplo:

- Conselho das Comunidades Portuguesas
- Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Casa das Beiras
- Casa de Viseu
- Casa de Leiria

- Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria
- Real Gabinete Português de Leitura
- Liceu Literário Português
- Arouca Barra Clube
- Academia do Bacalhau do Rio de Janeiro
- Clube Português de Niteroi

3. – O INVESTIDOR ESTRANGEIRO

Fundamentalmente a partir dos anos 60, a emigração portuguesa reorienta-se para os países europeus, França e Alemanha em particular. Apesar do “milagre brasileiro”, os melhores níveis salariais e a maior proximidade à Pátria afastam o emigrante português do seu destino brasileiro.

É certo que logo a seguir ao 25 de Abril se assiste a uma emigração “de qualidade” – quadros técnicos e empresários – em grande parte tendo o Rio de Janeiro como destino. Desta vaga saliente-se o empresário António Champalimaud que, nos anos 70/80, constituiu um dos maiores grupos económicos brasileiros (com sede no Rio) com interesses em vários sectores, como sejam os financeiro, segurador, agro-alimentar, etc.

A partir de finais dos anos 70 a crise económica brasileira – com os seus acompanhantes em matéria de inflação, desemprego, instabilidade social, criminalidade, etc. – tinha-se tornado um poderoso repelente para o português médio que pensava em emigrar.

Também a opção europeia de Portugal (1986) relegou a nossa porção atlantista para segundas núpcias.

Assim, só muito recentemente – em rigor, nos últimos sete anos – é que as relações económicas luso-brasileiras conhecem um renascimento, em ritmo “*troppo vivace*”.

Portugal redescobre no Brasil um País com mais de 170 milhões de habitantes, em que 20% da população recebe cerca de 70% do Rendimento Nacional, isto é, uma economia de cerca de 35 milhões de pessoas com um nível de vida superior ao europeu. Isto sem falar nos 10% mais ricos (~17 milhões) que, com 51% do R.N., têm um nível de vida dos mais elevados do mundo. É a “Belíndia”: Bélgica + Índia.

Também a crescente aproximação entre a União Europeia e o Mercosul (de que o Brasil é membro, conjuntamente com a Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile) constituiu um forte incentivo ao regresso

português. A recente Cimeira UE-América Latina (realizada no Rio de Janeiro) em Junho de 2000 é disso prova.

Para a Europa, as ligações históricas dos países ibéricos com os países do Atlântico Sul deverão levar estes a “especializar-se” nas ligações comerciais e financeiras com os países da fachada atlântica.

Lisboa deverá tornar-se a capital europeia para o Atlântico Sul. Algumas das infra-estruturas de transportes, comunicações e novas tecnologias financiadas com a ajuda dos fundos estruturais europeus para o período 2000-2006 (novo aeroporto de Lisboa, modernização dos portos de Lisboa, Setúbal e Sines, ampliação do aeroporto do Porto) têm a ligação transatlântica como uma das justificativas.

Apesar dos seus problemas, a TAP anuncia a retomada de voos directos a partir do Porto para São Paulo, Rio de Janeiro e Caracas, para além de uma nova ligação com o Recife.

Os diversos estudos de mercado – realizados pela Associação Industrial Portuguesa (AIP) e pela Associação de Empresários de Portugal (AEP), nomeadamente – apontam o “Sul Maravilha” como a área privilegiada dos investimentos a realizar. É esta aliás também a opinião da UE, que concede a investimentos nesta região apoios majorados, atendendo sobretudo à maior proximidade dos restantes países do Mercosul.

Embora São Paulo seja a capital económica e financeira do País – e a 2.^a maior cidade do Mundo – é no Rio de Janeiro que se têm vindo a localizar alguns dos investimentos portugueses mais promissores.

Passamos a referir apenas alguns exemplos:

Turismo: O “Grupo Pestana”, o maior grupo hoteleiro português acaba de comprar ao patrão da Globo, o Hotel Rio Atlântico (5*) na Avenida Atlântica. Valor do investimento = 25 milhões de \$US.

O Grupo “Estoril Sol” (Stanley Ho) que tem praticamente o monopólio do sector do jogo em Portugal bate-se pela legalização desta actividade no Brasil, tendo declarado querer abrir um Casino no Rio e um outro no Recife.

Audio-Visual: O Grupo Lusomundo, a maior empresa portuguesa de distribuição de cinema, pretende abrir 70 salas de cinema até final do próximo ano. O seu presidente, Luís Silva, está convencido do enorme potencial do mercado brasileiro. A experiência de Portugal foi considerada exemplar por companhias como a Warner Brothers que se

associa à Lusomundo na conquista do mercado espanhol através da estratégia de conquista de público pela exploração de pequenas salas localizadas em “shopping centers”.

Para a Lusomundo o mercado brasileiro é uma aposta que se poderá desdobrar em outras áreas do audio-visual. Empresários portugueses começam a estar sensibilizados para o potencial da indústria cinematográfica brasileira. Para isso tem contribuído o canal da rede Globo, transmitido por cabo, e que vinte quatro horas por dia exhibe programação brasileira.

Nos meios de produção cinematográfica portugueses, as co-produções com o Brasil são vistas como uma solução possível para a existência de um cinema lusófono. Chegou mesmo a ser pensado o projecto de um filme sobre a descoberta do Brasil.

Bebidas: O Grupo Sousa Cintra pretende investir 600 milhões de \$US, nos próximos cinco anos, em 4 fábricas, duas no Rio e duas em São Paulo. Pretende conquistar 10% do mercado de cervejas à Brahma e liderar o mercado de águas minerais. Espera-se que só a 1.^a fábrica do Rio facture, já em 2000, cerca de 300 milhões de \$US.

Construção Naval: A Lisnave está na corrida para a compra do maior estaleiro brasileiro, em Angra dos Reis, aonde se podem construir super-petroleiros, plataformas petrolíferas, etc. O investimento estimado é da ordem dos 300 milhões de \$US.

Se a estes investimentos acrescentarmos os já realizados (e planeados) nos sectores da banca, seguros e telecomunicações – ainda que com sede em São Paulo, mas com efeitos na cidade do Rio – temos que a imagem do português está a mudar radicalmente aos olhos do brasileiro, em geral e do carioca, em particular.

Ao “Manuel Português” das anedotas, padeiro, analfabeto e responsável pelo subdesenvolvimento brasileiro está rapidamente a suceder um europeu qualificado, com capitais, tecnologia e espírito empreendedor que até fala (quase) a mesma língua...

Que melhor celebração, neste final de milénio, para os 500 anos da viagem de Pedro Álvares Cabral?

ANEXO

CRONOLOGIA BÁSICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

- 1502 – Expedição de André Gonçalves atinge o Rio de Janeiro.
- 1503 – Gonçalo Coelho estabelece uma feitoria junto à Baía de Guanabara.
Forte presença de corsários franceses no Rio de Janeiro.
- 1511 – Outra feitoria é estabelecida no Rio de Janeiro.
- 1515 – Ivan Dias de Sólis passa pelo Rio de Janeiro.
- 1519 – Fernão de Magalhães passa pelo Rio de Janeiro com a sua esquadra.
- 1531 – Expedição de Martim Afonso de Souza desembarca no Rio de Janeiro.
- 1550 – Coroa Portuguesa é alertada para as constantes incursões francesas no Rio de Janeiro.
- 1555 – Criada a França Antártica na Baía de Guanabara.
- 1556 – Pero de Góes, capitão da costa do Brasil, desembarca no Rio de Janeiro para organizar o combate aos franceses.
- 1565 – Fundação da cidade do Rio de Janeiro.
- 1567 – Franceses são derrotados no Rio de Janeiro.
- 1572 – O Rio de Janeiro torna-se sede do governo do sul. Estímulo à pesca no rio Magé.
- 1573 – José de Anchieta é nomeado feitor do Colégio do Rio de Janeiro.
- 1578 – O Brasil é novamente reunido num só governo.
- 1582 – Três naus francesas tentam apoderar-se do Rio de Janeiro.
- 1584 – O Padre Fernão Cardim chega ao Rio de Janeiro.
- 1660 – Rebelião popular contra o monopólio da Companhia Geral. Construção de um importante estaleiro na Ilha Grande.
- 1661 – Reprimida com extrema violência a revolta do ano anterior.
- 1710 – Tentativa francesa de ocupação do Rio de Janeiro.
- 1711 – Nova tentativa francesa de ocupação do Rio de Janeiro.
- 1752 – Instituído o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.
- 1763 – O Rio de Janeiro torna-se capital do Brasil.
- 1786 – Fundação da Sociedade Literária do Rio de Janeiro.
- 1792 – Tiradentes é enforcado no Rio de Janeiro.
- 1808 – Família real portuguesa desembarca no Rio de Janeiro.
- 1822 – Movimento do Fico, promovido pela Câmara do Rio de Janeiro.
- 1831 – Noite das Garrafadas, quando populares se opõem ao que consideram desmandos dos comerciantes portugueses.

- 1834 – A cidade do Rio de Janeiro transforma-se em Município Neutro (embrião do Distrito Federal) face à Corte.
- 1852 – Inauguração no Rio de Janeiro da primeira linha telegráfica do Brasil.
- 1854 – Inaugurado no Rio de Janeiro o primeiro caminho de ferro do Brasil, que vai do Porto da Estrela à Raiz da Serra, em direcção a Petrópolis.
- 1860 – O café do Rio de Janeiro representa cerca de 70% das exportações nacionais do produto.
- 1874 – Inauguração no Rio de Janeiro das comunicações telegráficas com a Europa.
- 1881 – Inauguração de uma linha telefónica no Rio de Janeiro.
- 1888 – Proclamação da Abolição da Escravatura no Rio de Janeiro.
- 1889 – Proclamação da República no Rio de Janeiro.
- 1894 – Rebelião da Armada na Baía da Guanabara.
- 1910 – Revolta da Chibata.
- 1922 – Levante do Forte de Copacabana.
- 1935 – Rebelião Aliancista.
- 1960 – O Rio de Janeiro deixa de ser a capital da República. Surge o Estado de Guanabara.
- 1974 – Fusão entre o Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro.

Bibliografia

- ARAÚJO, José de Sousa Pizarro, Monsenhor (1945) – *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 10v.
- COARACY, Vivaldo (1965) – *O Rio de Janeiro no século XVII*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro (1945) – *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE.
- O homem e a restinga* (1974) Rio de Janeiro: Lidador.
- GORENDER, Jacob (1983) – *O Escravismo Colonial*, São Paulo: Editora Ática.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (1978) – *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro), Rio de Janeiro: IBMEC.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos* (1981) São Paulo: Brasiliense, (Tudo é História, v. 129).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (1938) – *Segunda viagem ao Rio de Janeiro a Minas Gerais*, São Paulo: Editora Nacional.

O Imigrante Português no Rio de Janeiro

- SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.) (s.d.) – *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Nórdic.
- Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil* (1994) Lisboa: Verbo.
- SIMONSEN, Roberto (1978) – *História Económica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 10v.
- TAUNAY, Afonso de E. (1942) – *O Rio de Janeiro de antanho*. São Paulo: Editora Nacional.
- VERDASCA, José (1997) – *Raízes da nação brasileira. Os portugueses no Brasil*, São Paulo: Ibrasa.